



# Disponível em nosso site: https://sintius.org.br

### IGP-10 tem queda de preços de 0,69% em agosto

O Índice Geral de Preços – 10 (IGP-10) registrou deflação (queda de preços) de 0,69% em agosto deste ano. No mês anterior, a inflação medida pelo indicador foi de 0,60%. Em agosto do ano passado, a alta de preços havia sido de 1,18%.

Os dados foram divulgados nesta quarta-feira (17) pela Fundação Getulio Vargas (FGV). O IGP-10 acumula taxa de inflação de 8,43% no ano. Em 12 meses, a taxa acumulada chega a 8,82%, abaixo dos 32,84% acumulados em agosto de 2021.

Tanto os preços do atacado quanto os do varejo tiveram deflação em agosto. O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que mede o atacado, teve deflação de 0,65% no mês, ante inflação de 0,57% em julho.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que mede o varejo, passou de uma inflação de 0,42% em julho para deflação de 1,56% em agosto.

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) também teve queda na taxa de julho para agosto, mas ainda continuou registrando inflação. A taxa caiu de 1,26% em julho para 0,74% em agosto.

Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 18 de agosto.

#### Alimento sobe menos, mas retorno ao patamar de um ano atrás está distante

A taxa média de inflação da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) também caminha para o campo da deflação. Divulgando pesquisas semanalmente, a entidade indica, com maior frequência, o comportamento dos preços em São Paulo.

Os dados divulgados nesta quarta-feira (17), e que mostram a evolução média dos preços dos últimos 30 dias.

Essa queda, no entanto, foi provocada por retração de 2,33% no setor de transportes, enquanto os alimentos continuam no campo positivo, com alta de 0,34%.

A pesquisa da Fipe mostra que o setor de alimentação teve aumento acumulado de 19,4% nos últimos 12 meses. Essa alta, após uma intensa perda de renda, fará o consumidor sentir no bolso o custo dos alimentos por um bom tempo.

A Fipe já indica uma evolução menor nas altas dos derivados de carne, dos panificados e das farinhas. A deflação atinge carne bovina, óleo de soja, além de verduras e legumes.

Mesmo com essas quedas, os preços atuais desses produtos ainda estão bastante distantes do praticados há um ano. O óleo de soja mantém alta acumulada de 30% no período; e os produtos "in natura", de 26%.

A má notícia para o consumidor é que alguns produtos básicos retomaram a tendência de alta. O arroz, em período de entressafra, voltou a subir, ficando 2,6% mais caro nos supermercados nos últimos 30 dias. A safra gaúcha, a principal do país, só chegará ao mercado a partir dos primeiros meses de 2023.

O leite, após a acelerada alta de preços dos últimos meses —em julho subiu 22%—, perde força e está com aumento 11% em 30 dias. Os preços atuais, no entanto, ainda são 63% superiores aos praticados há um ano.

A carne suína, que que vem sendo uma substituta da bovina, devido aos elevados preços desta última, também voltou a subir. Os valores atuais, no entanto, ainda são 6% inferiores aos de há um ano. O frango, outra opção de proteína mais barata para o consumidor, mantém alta.

A deflação chegou também para batata e cebola, mas os valores atuais de negociações, mesmo com as quedas, acumulam altas de 48% e 85%, respectivamente, em 12 meses.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 18 de agosto.

## Primeiro ano da pandemia gerou recorde de fechamento de empresas comerciais, diz IBGE

O primeiro ano da pandemia de Covid-19 provocou um recorde de fechamento de empresas comerciais no Brasil. Entre 2019 e 2020, o país perdeu 106.560 estabelecimentos, uma queda de 7,4%, segundo a Pesquisa Anual de Comércio divulgada nesta quarta-feira (17) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O Brasil chegou ao fim do primeiro ano da pandemia com 1,339 milhão de companhias no comércio, ante 1,446 milhão no ano anterior.

As maiores retrações ocorreu no segmento do comércio de veículos, peças e motocicletas (-9,9%) e no varejo (-8,7%). Já no atacado, o ano foi de avanço (1,3%).

"Entre 2019 e 2020, houve uma queda substancial de 106 mil empresas no comércio do país. Para efeitos de comparação, em 2015, ano de recessão econômica, a queda foi de 16 mil empresas. No ano seguinte, ainda no biênio da crise, houve retração de mais 25 mil. O que temos durante o primeiro ano da pandemia é uma queda com efeito quatro vezes maior", explica gerente de Análise Estrutural do IBGE, Synthia Santana, em nota.

Muitas empresas modificaram a forma de entrega, como a retirada por drive thru e o envio em casa. Segundo o IBGE, entre as empresas em que essa mudança não foi possível, houve uma perda significativa.

A pesquisa revelou ainda que mais de 400 mil empregos foram perdidos no comércio, um recuo de 4% no período.

Foi a maior queda na ocupação do comércio, no intervalo de um ano, desde o início da série histórica da pesquisa, em 2007.

Dos 404,1 mil trabalhadores que saíram do setor, 90,4% (ou 365,4 mil deles) estavam empregados no varejo. Nesse segmento, apenas duas atividades, consideradas serviços essenciais durante a crise sanitária, tiveram incremento de pessoal: a de hipermercados e supermercados (1,8 mil pessoas) e a de produtos farmacêuticos, perfumaria, cosméticos e artigos médicos, ópticos e ortopédicos (318 pessoas).

Também houve queda recorde do número de trabalhadores em 2 dos 3 grandes segmentos do comércio: - 4,8%, no setor varejista, que emprega 73,7% dos trabalhadores do comércio, e -8,5% no segmento de veículos, peças e motocicletas.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 18 de agosto.

# Prévia do PIB divulgada pelo BC aponta para desaceleração econômica

O Banco Central (BC) divulgou que o mês de junho teve alta de 0,69% em comparação com maio na prévia do Produto Interno Bruto (PIB). O cálculo é sistematizado pelo Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br). No entanto, o resultado aponta para um cenário de desaceleração econômica no segundo trimestre (abril, maio e junho).

A variação do IBC-Br no primeiro trimestre de 2022 foi de 1,1%. Já no segundo trimestre, com o resultado de junho em 0,69%, o aumento foi de apenas 0,57%, configurando a desaceleração.

O crescimento em junho ocorreu puxado pelo setor de serviços que teve incremento com o dinheiro liberado pelo governo. No período houve a antecipação do 13º de aposentados, saque de FGTS e pagamentos de programas como o Auxílio Brasil.

Apesar do resultado de junho, especialistas ouvidos pela reportagem do Valor e Correio Brasiliense acreditam em que a pressão inflacionária somada às incertezas fiscais e políticas podem contribuir para que o cenário de desaceleração econômica se concretize.

Com isso, apontam que a taxa básica de juros (Selic) em dois dígitos tem freado o consumo, fator apontado, justamente, pela ligeira melhora do IBC-Br em junho. Assim, os analistas apontam que se o cenário atual for mantido, em 2023 o PIB terá um recuo, e este processo já pode se concretizar no último trimestre desse ano com a atual política monetária.

Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 18 de agosto.